



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Of. nº 206/2017/GPFJCC

Bom Despacho, 28 de abril de 2017

À Sua Excelência o Senhor
Vereador Vital Guimarães
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto – 40 – Centro
35600-000 – Bom Despacho-MG

Recebido dia 02/05/17 às 14:45h
Marinely

Assunto: Encaminha Veto à Proposição de Lei nº 18/2017.

Senhor Presidente

Informo a Vossa Excelência que votei integralmente a Proposição de Lei de nº 18/2017 já que ela não atende ao interesse público. As justificativas estão na mensagem anexa.

Atenciosamente,


Fernando Cabral
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Mensagem nº 2, de 27 de abril de 2017.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar integralmente a Proposição de Lei nº 18/2017, que estabelece a política municipal contra pichações e dá outras providências.

Inegável e admirável a boa intenção do Projeto de Lei em análise. No entanto, não atende ao interesse público. Ele estabelece normas que não contribuirão para a resolução do problema da pichação.

Determinar aos comerciantes de Bom Despacho que criem e mantenham um cadastro com os dados de quem adquire um produto que pode ser utilizado em pichação resolve pouco ou nada do problema.

Isso porque, quem realmente tiver a intenção de vandalizar, possuirá outros meios de aquisição do produto, como comprá-lo em outras cidades ou até mesmo pelo meio mais prático utilizado hoje em dia: a internet.

Em simples pesquisa no Google, é possível encontrar tranquilamente disponíveis para venda vários produtos que podem ser utilizados em pichação, sem qualquer exigência como meio de controle.

Por essa razão, não vislumbramos a efetividade do presente Projeto de Lei. E pior, ele criará um ônus enorme para os comerciantes locais, sem objetivo prático, prejudicando assim o comércio local e, em consequência, atingindo o interesse público.

A imposição de ônus, capaz de desestimular o comércio desse tipo de produto, que tem várias outras utilidades que não a pichação, somente seria acertada se o benefício final fosse superior ao ônus. Contudo, pela facilidade que ainda haverá para a aquisição dos produtos, dificultando apenas o comércio na própria cidade, não vejo como a melhor medida.

O cidadão de bem que utiliza tintas para finalidades úteis, como produzir artesanato, pintar carros, geladeiras e bicicletas – embora incomodado – passará seus dados pessoais para o cadastro do comerciante do produto. Porém, o indivíduo que compra a tinta *spray* com o objetivo de pichar, certamente procurará outros meios para adquirir o produto. Por exemplo, comprando pela Internet ou comprando em cidades vizinhas.

Poderá ocorrer ainda um comércio paralelo, onde quem trabalha com o produto adquire legitimamente, mas repassa ao pichador, retirando vantagem financeira da situação.

Finalmente, mesmo que o cadastro fosse feito com rigor e perfeição, e mesmo que não houvesse possibilidade de comprar pela Internet ou adquirir os produtos em outras cidades, ainda assim a medida não seria efetiva. Afinal, o número de compradores é grande. A variedade de produtos que se prestam à pichação é grande. Realizada a ofensa, não se vê em que ter a lista de



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

compradores e produtos facilitaria para a polícia identificar o responsável. Não há como provar que a tinta usada numa pichação em particular veio de tal ou qual comprador.

Vê-se, portanto, que a lei impõe um grande ônus para compradores e vendedores e não traz nenhum benefício para a coletividade. Assim sendo, vai contra o interesse o público.

Com este fundamento veto integralmente a Proposição de Lei nº 18/2017.

Atenciosamente,


Fernando Cabral
Prefeito Municipal